

Santillo não se unirá a "igrejinhas"

Goiania (sucursal) — Reuniões de históricos, autênticos ou outras denominações dadas a grupos existentes dentro do PMDB não são aconselháveis para a atual situação — afirmou ontem o governador de Goiás, Henrique Santillo. Após definir tais grupos como "igrejinhas", ele advertiu que o partido deve sempre se reunir como sua unidade, preservando-se sua unidade. Santillo manifestou reserva à idéia dos governadores pressionarem os constituintes no sentido de apressarem seus trabalhos, porém acha válido os esforços nesse sentido para impedir que a assembleia fique ainda mais desacreditada.

Para Santillo, que comentou ontem as declarações de Ulysses Guimarães ao retornar dos Estados Unidos, "normalmente, numa questão como esta não se deveria pressionar os constituintes para que eles apressassem o seu trabalho. No entanto, acho este trabalho válido na medida em que protelações demasiadas têm desacreditado a Assembleia Nacional Constituinte. Por causa disso mesmo, ela não poderá demorar muito mais. Ela precisará, dentro de 30 ou 60 dias próximos, promulgar uma nova Constituição para o País e que seja uma Constituição razoável, que represente um avanço".

O governador afirma que em relação aos parlamentares de seu Estado não haverá necessidade de nenhuma pressão e que as reuniões com a bancada têm sido feitas com regularidade. "Desde o princípio, estamos nos reunindo com eles e, por exemplo, em relação a todo esse impasse regimental que houve no final de novembro e início de dezembro, a bancada de Goiás foi sempre a favor de um acordo imediato para que o impasse fosse superado e se comesse a discutir e votar as questões dentro do plenário. Então, a bancada de Goiás tentou contribuir para que não houvesse essa demora".

"A questão do mandato presidente Sarney deve ser analisada com muita prudência", acentua Henrique Santillo. E diz que esse exame, pelo PMDB, deve dar-se como partido e não como "igrejinhas". Lembrou que em 86 bateu-se para que o PMDB não se compusesse através de paróquias, de

igrejinhas, que fosse o partido como um todo a decidir. Acho que não pode passar de janeiro um processo de decisão do PMDB como um todo, sobre as maiores questões nacionais, entre elas a questão do mandato e do sistema de governo".

A reunião do próximo dia 9, como se encaminha para um pequeno grupo, também é alvo das restrições do governador de Goiás. Ele quer que o partido se reúna como um todo, "preservando a sua unidade dentro da diversidade de opiniões que existem dentro dele, mas preservando-se comuns, um denominador comum".

A exemplo de Ulysses Guimarães, Santillo acha que o partido não deve ser convocado agora, "de afogadilho", porque isso "poderia redundar mais uma vez num grande fracasso como foi a convenção do ano passado". A convocação de uma convenção nacional extraordinária deve ser feita três ou quatro meses após a promulgação da nova Carta. "Nos estariam preparando a convenção do partido, discutindo a conjuntura política, todas as questões políticas que estão se transformando num grande impasse para a Nação. Discutiremos com os diretores regionais, com as lideranças maiores nos estados, com as bases do partido, para levar com fidelidade posição de nossas bases a uma convenção nacional. Ali, sim, é que é convenção. Agora esse negócio de convenção para ficar com alguns pontos e chegar lá, só ter discursado, pelo amor de Deus, não comparecei. Já estou farto disso."

Collor viaja e interino provoca crise

Maceió — Ausente de Alagoas desde o dia 19 do mês passado, quando viajou à China para uma visita oficial de 18 dias, o governador Fernando Collor encontrará uma séria crise política assim que desembarcar no Estado.

E que o vice-governador e governador em exercício, Moacir Andrade, exonerou o secretário de Planejamento, ex-deputado Mendonça Neto, que era uma espécie de "mentor intelectual" do governo na luta contra os marajás. Andrade é um dos maiores marajás do Estado — recebeu CZ\$ 202.668,00 como vice-governador e mais CZ\$ 117.935,00 como ex-deputado aposentado — mas seus assessores negam qualquer relação entre esse fato e a luta do ex-secretário para pôr fim aos altos salários na administração pública.

Centrão mantém jornada e veta a estabilidade

Na proposta sobre as mudanças que pretende fazer no título da Ordem Social divulgadas ontem, o Centrão simplesmente ignorou o prazo para prescrição das ações trabalhistas, que na legislação atual está fixado em dois anos, mas no texto Cabral III era considerado a partir de sua aprovação como um direito definitivo a ser reclamado em qualquer tempo. O Centrão acabou mantendo a jornada de 44 horas semanais de trabalho e a licença de 120 dias para as gestantes. Em contrapartida, cria uma remuneração-férias para os empregados: todos terão direito a um terço do salário, sem descontos pos-

teriores, porque não se trata de antecipação. O Centrão decidiu também remeter os direitos sociais dos empregados domésticos para a legislação ordinária, mantendo apenas a de inscrição na Previdência Social. No caso da estabilidade, cria para os empregados, após um ano na empresa, o direito a indenização em dobro por ano ou fração trabalhada. A hora exira será remunerada em pelo menos 50% a mais do valor da hora normal trabalhada. A proposta reconhece ainda o direito do empregado na participação no lucro da empresa, mas nega-lhe o direito de participar na sua gestão.

COMO FICA A PROPOSTA

- Art. 7º — São direitos sociais:
 - I — a educação, a cultura, o desporto, a ciência e a tecnologia;
 - II — a saúde, a previdência social, e a assistência aos necessitados;
 - III — proteção e segurança no trabalho;
 - IV — a livre associação profissional e sindical;
 - V — a preservação e proteção das áreas de lazer, dos recursos naturais e do meio ambiente;
 - VI — o amparo à maternidade, à criança, ao adolescente, aos idosos e aos índios;
 - VII — outros direitos sociais decorrentes desta Constituição;
- Art. 8º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais além de outros previstos nesta Constituição:
 - I — estabilidade no emprego, após doze meses, através da garantia, em caso de despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário, por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos casos de força maior na forma prevista em lei;
 - II — seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário, nos termos do inciso V do artigo 236;
 - III — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - IV — Salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedado a sua vinculação para qualquer fim, exceto previdenciários;
 - V — piso salarial conforme convenção ou acordo coletivo;
 - VI — Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
 - VII — salário fixo, nunca inferior ao mínimo, sem prejuízo da remuneração variável quando houver;
 - VIII — décimo terceiro salário na forma da lei;
 - IX — salário do trabalho noturno superior ao diurno;
 - X — participação nos lucros, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, na gestão da empresa, conforme definido em lei;
 - XI — salário família dos dependentes, nos termos da lei;
 - XII — duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias nem a quarenta e quatro semanais;
 - XIII — Jornada especial de trabalho para turnos de revezamento, ininterruptos, conforme convenção ou acordo coletivo;
 - XIV — repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
 - XV — remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo em 50% (cinquenta por cento) acima da hora normal;
 - XVI — gozo de férias anuais remuneradas, em pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
 - XVII — licença à gestante, remunerada integralmente pela Previdência Social, sem prejuízo do emprego, no mínimo de 120 dias;
 - XVIII — Aviso Prévio proporcional, no mínimo de 30 dias, conforme disposto em lei;
 - XIX — Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
 - XX — Adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
 - XXI — Aposentadoria;
 - XXII — Assistência gratuita aos filhos e dependentes de zero aos seis anos de idade em creche e pré-escola, nos termos da lei;
 - XXIII — Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
 - XXIV — Proteção ao empregado e à remuneração dos mesmos, quando atingidos pela automação, nos termos da lei;
 - XXV — Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador;
 - XXVI — Proibição de diferença de salários e de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil;
 - XXVII — Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual
- Art. 9º — Os direitos sociais dos trabalhadores domésticos, bem como a sua integração à Previdência Social serão definidos em lei.
- Art. 9º — O produtor rural e o pescador artesanal, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para seguridade social e obterão seus benefícios na forma que a lei estabelecer.
- § único: Equiparam-se ao trabalhador rural, para os efeitos da Previdência Social, o parceiro, o meiro, o arrendatário e seus respectivos conjuges.
- Art. 10º — E livre a associação profissional ou sindical.
- § 1º — E vedada ao Poder Público a interferência ou intervenção na organização sindical. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente e o disposto neste artigo.
- § 2º — Não será reconhecida mais de uma entidade sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregados interessados, não podendo ser inferior à área de um município.
- § 3º — Se mais de uma entidade sindical se constituir na mesma categoria ou comunidade de interesses profissionais, somente uma terá direito à representação nas convenções e dissídios coletivos, conforme a lei;
- § 4º — Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. A defesa de direito trabalhista individual depende de expressa autorização dos interessados.
- § 5º — A Assembleia Geral fixará a contribuição da categoria que, se profissional, será descontada em folha, para custeio de sua representação sindical.
- § 6º — A lei não obrigará a filiação aos sindicatos e ninguém será obrigado a mantê-la.
- § 7º — Aplicam-se à organização dos sindicatos rurais e das colônias dos pescadores os princípios adotados para os sindicatos urbanos, nas condições da lei.
- § 8º — O sindicato participará, obrigatoriamente, das negociações coletivas de trabalho, respeitado o disposto no § 3º deste artigo.
- § 9º — Os aposentados terão direito a votar e a ser votados nas organizações sindicais.
- Art. 11º — E assegurado o direito de greve, nos termos da lei.
- § 1º — Na hipótese de greve, serão adotadas providências que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades básicas e inadiáveis da comunidade.
- § 2º — Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis à penas da lei.
- Art. 12º — E assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos para os quais contribuem diretamente e onde seus interesses profissionais, sociais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Carta terá votações à noite

Ulysses apressa sessões para terminá-la em 60 dias



Robertão compareceu à sessão em cadeira de rodas e desafiou a esquerda a retirar os destaques

Organização agora é o que conta

Um trabalho conjunto e melhor articulado. Essa é a principal preocupação das forças progressistas que se preparam para enfrentar a etapa decisiva da Constituição — a das votações em plenário. Diante da reviravolta do Centrão e das novas normas regimentais impostas pelo grupo, o deputado Roberto Freire, líder e vice-presidente do PCB, alerta sobre a necessidade de um estudo metódico, por parte dos progressistas, das emendas a serem apresentadas em plenário.

A apresentação de emendas deve ser discutida em conjunto pelos progressistas, segundo Roberto Freire. Como a esquerda não tem número suficiente para aprovar sozinha as suas teses, o importante, para o líder comunista, é costurar uma maioria democrática em torno de cada emenda "progressista". Na questão de saúde, exemplifica Freire, os progressistas podem ter o apoio de vários integrantes do Centrão, inclusive do líder do governo, deputado Carlos Sant'Ana.

As negociações entre o PCB, o MUP, Movimento da Unidade Progressista do PMDB, a liderança do PMDB, o PT, o PDT e outros pequenos partidos de esquerda já estão em andamento. No próximo dia 7, o MUP vai analisar quais as principais emendas de interesse do grupo para, depois, apresentá-las aos outros setores progressistas.

Para o vice-líder do PT, deputado José Genoino, o importante vai ser marcar posição nas questões fundamentais, como estabilidade no emprego, papel das Forças Armadas e liberdade sindical, e deixar de lado as questões menores. "Lutar no atacado, não no varejo. Nossa posição é de guerra com o Centrão, não vamos negociar, vamos polarizar no plenário", afirma.

Essa posição de polarização, defendida por alguns setores da esquerda, em especial o PT, pode acabar na não legitimação, por esses setores, da Constituição, se essa trouxer a marca direitista do Centrão. O presidente do PT, deputado Olívio Dutra, acredita que é preciso discutir a possibilidade da esquerda como um todo retirar-se da Constituição se o Centrão derrubar os avanços progressistas conquistados até agora. A tese é contestada com veemência por Roberto Freire, que a julga inconsequente e equivocada pois, "se estamos no jogo, temos que aceitar as regras democráticas desse jogo".

Muitos centristas voltaram ontem a Brasília confiando em caráter re-

Esquerda não retira destaques e quer voto

A votação dos cinco pedidos de destaque ao projeto que alterou o Regimento Interno da Constituinte poderá ser realizada hoje, se o número de parlamentares exigido — 280 — for alcançado. Ontem, líderes de diversos partidos e do Centrão confirmavam que não há possibilidade de acordo, e o PDT, autor dos requerimentos, analisava a possibilidade "remota", segundo o líder Brandão Monteiro (RJ), de retirada dos destaques, se o quorum não for obtido até amanhã.

Os destaques visam a suprimir do texto aprovado antes do recesso a preferência automática das emendas, se esta for a vontade de pelo menos 280 constituintes manifestada através da assinatura, e as possibilidades de serem apresentadas emendas por títulos ou capítulos e de a votação da matéria constitucional ser repetida, caso não haja número. O PDT quer ainda, com o apoio do PT, a redução de 187 para 35 do número de constituintes necessário à apresentação de pedidos de destaque para votação em separado.

Segundo o vice-líder do PT, deputado José Genoino (SP), o partido não irá ceder em nada, nem negociar.

servado aos dirigentes do grupo que sofrem hostilidades em seus estados e que temiam novas atitudes de rejeição nas bases. Não estavam mais tão entusiasmados como antes de serem convocados para o recesso das festas natalinas.

Em compensação, o deputado Roberto Cardoso Alves, regressou entusiasmado com as manifestações de simpatia que recebeu em São Paulo. Ele, que caiu do cavalo no final de semana e se vê obrigado a circular numa cadeira de rodas, devido a severa distensão muscular na perna direita, revelou que ganhou de presente um relógio carter com dedicatória anônima enaltecendo as vitórias do Centrão. E que nos restaurantes, muitos fazem questão de pagar sua conta, retribuindo, no seu entender, o grande serviço que seu grupo presta ao País.

Também Gastone Righi, líder do PTB, disse que em Santos, no litoral paulista e cidade que abriga a maioria do seu eleitorado, foi homenageado pela sua participação no Centrão. Por isso, se aliou a Roberto Cardoso Alves no julgamento de que é a imprensa que

convicção afirmou que o grupo iria "tentar ver" se melhorava o texto do Regimento aprovado em dezembro.

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), disse que as alterações no Regimento, a esta altura, representam "uma questão inócua".

— Isso não tem sentido, não é fundamental. Já perdemos muito tempo, e não vamos ter maioria para mudar o que foi aprovado. Temos que botar isso na cabeça. Esse Regimento complica a situação das minorias, foi uma manobra da direita, e agora temos que pensar em como formar novas maiorias. Isso só ocorrerá no mérito das matérias constitucionais, quando o Centrão poderá ser dividido, porque na questão do Regimento já perdemos.

Freire disse que votará a favor dos pedidos de destaque do PDT, mas enfatizou que isso não pode ser mais um impasse". O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), participa da preocupação de superar essa fase, e acusa o PT e o PDT de quererem proteger os trabalhos da Assembleia.

mente e deturba quando trata dos objetivos do grupo.

Outros deputados, no entanto, demonstram prevenções com relação ao Centrão. Isso pode ser observado na atitude dos articuladores do grupo, que decidiram coletar assinaturas em emendas um total de nove — através de títulos, acreditando, segundo Basílio Vilani, que isso facilita e apressa o trabalho. Entretanto, permanece a proposta do Centrão de votar o texto por capítulos. Um dos dirigentes confirmou os problemas no estado, mas prefere dizer que isso é coisa do PT e da CUT.

Ontem também os dirigentes do Centrão não conseguiram conversar com o presidente Ulysses Guimarães, que na ocasião cederia uma sala para que o grupo possa instalar no anexo II da Câmara o quartel geral de coleta de assinaturas. Talvez isso seja feito hoje, mas nesse encontro os centristas rechaçam a possibilidade de tentarem ainda um acordo em torno da votação da mudança do Regimento Interno.

Plenário vazio adia a votação

As únicas novidades na sessão de reabertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram 46 cadeiras. Destas, apenas uma, de rodas, teve utilidade servindo de meio de locomoção ao acidentado deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) — que chegou outra vez a esquerda pela demora — as outras 45 permaneceram vazias, frustrando as expectativas do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que esperava lotar o plenário e encerrar ontem o ciclo de votação da mudança do Regimento Interno. Sem quorum para a votação dos destaques ao projeto aprovado em dezembro — são necessários 280 constituintes, mas até o final da tarde havia apenas 176, dos 559, pela Casa — a sessão foi encerrada depois de duas horas e meia de discursos e a ordem do dia adiada para às 15h de hoje.

Os constituintes que ocuparam a tribuna, em duas horas e meia de sessão, não pouparam críticas à atuação do Centrão, que paralisou os trabalhos da Assembleia há 45 dias com a proposta de mudança do Regimento Interno. Da visita às bases que todos fizeram nestes dias de recesso, os parlamentares que não integram o grupo trouxeram as manifestações de descrença da população brasileira pelo desenrolar do trabalho da Constituinte e de necessidade de urgência da elaboração da nova Carta. De vários discursos, surgiu ontem a nova palavra de ordem dos não-centristas: **Constituição já.**

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse aos deputados gaúchos Nelson Jobim e Antonio Britto (PMDB) que vai fazer reuniões diárias, à tarde e à noite, com a utilização do sistema de votação eletrônica, pensando em promulgar a nova Carta Constitucional dentro de 30 a 60 dias, a começar do início da tomada de voto, previsto para começo do mês de fevereiro.

Nelson Jobim e Antonio Britto, consideraram possível contar 60 dias, a partir do início de fevereiro, quando começa a votação no mérito do projeto Bernardo Cabral. "Com isso, disseram Jobim e Britto, após o encontro, a nova Constituição poderia ser promulgada em meados ou no final do mês de abril".

Ulysses Guimarães combinou com os dois deputados gaúchos a realização de uma reunião, à noite de hoje, em sua residência oficial da Península dos Ministros, com a presença de figuras notáveis do partido, para definir quais as emendas que o PMDB levará à negociação com as lideranças do chamado Centrão.

Além de Jobim e Britto, estarão presentes ao encontro da noite de hoje na residência de Ulysses, com a presença deste, os líderes Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, os senadores José Richa e Nelson Carneiro, o líder da bancada do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, e os deputados Euclides Scalco, Egídio Ferreira Lima e Pimenta da Veiga.

Ulysses e os deputados Nelson Jobim e Antonio Britto concordaram em que é impossível apressar a elaboração da nova Constituição através da anacrônica votação por chamada nominal. O presidente da Constituinte reafirmou a disposição de implantar o sistema de votação eletrônica, mas está advertido para a necessidade de ajudar a instruir os que ainda não se habituaram em manipular o novo sistema, considerado mais fácil e muito mais rápido (um minuto cada votação).

Plenário vazio adia a votação

As únicas novidades na sessão de reabertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram 46 cadeiras. Destas, apenas uma, de rodas, teve utilidade servindo de meio de locomoção ao acidentado deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) — que chegou outra vez a esquerda pela demora — as outras 45 permaneceram vazias, frustrando as expectativas do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que esperava lotar o plenário e encerrar ontem o ciclo de votação da mudança do Regimento Interno. Sem quorum para a votação dos destaques ao projeto aprovado em dezembro — são necessários 280 constituintes, mas até o final da tarde havia apenas 176, dos 559, pela Casa — a sessão foi encerrada depois de duas horas e meia de discursos e a ordem do dia adiada para às 15h de hoje.

Os constituintes que ocuparam a tribuna, em duas horas e meia de sessão, não pouparam críticas à atuação do Centrão, que paralisou os trabalhos da Assembleia há 45 dias com a proposta de mudança do Regimento Interno. Da visita às bases que todos fizeram nestes dias de recesso, os parlamentares que não integram o grupo trouxeram as manifestações de descrença da população brasileira pelo desenrolar do trabalho da Constituinte e de necessidade de urgência da elaboração da nova Carta. De vários discursos, surgiu ontem a nova palavra de ordem dos não-centristas: **Constituição já.**